

## Desenvolvimento x Sustentabilidade Development x Sustainability

**Elany Almeida de Souza<sup>1</sup> e Danielle Jacon Ayres Pinto<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda em Direito e Acadêmica do Curso de Relações Internacionais, ambos pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Bolsista CAPES. Advogada, Brasil. E-mail: elanyalmeidas@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política na UNICAMP, Mestre e Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra. Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. E-mail: djap2222@yahoo.com / danielle.pinto@ufsm.br

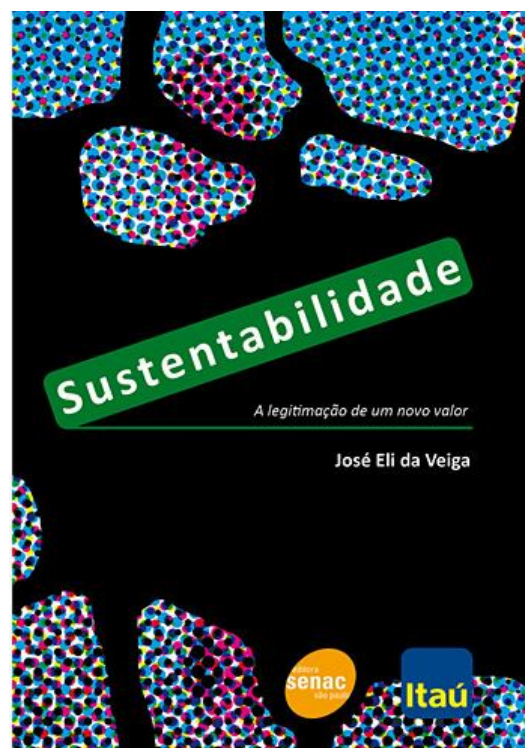
**Resenha de:** VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade:** a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

A questão da sustentabilidade engloba variáveis diversas, dentre elas, senão a primeira, é o que de fato consiste o termo em si. É inegável que a construção desse conceito ao longo da história perpassaram inúmeros elementos que são concebidos e sustentados conforme um certo discurso e para um determinada finalidade.

Nesse sentido, o conceito sustentabilidade pode ser entendido conforme a finalidade para a qual está sendo adotada. É exatamente aí que reside o perigo, pois não buscar primeiro qual a essência e o que de fato esse termo busca representar, resulta em armadilhas que no mais das vezes se chocam com o seu fim precípuo.

José Eli da Veiga aponta em seu livro, um caminho que sugere um novo conceito de desenvolvimento econômico, para isso já de início afasta as ideias clássicas de que desenvolvimento signifique necessariamente riqueza, progresso, exploração e lucro, ou seja, propõe “uma economia que não se imponha como predatória, mas que respeite o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável”. Uma sustentabilidade que não seja diluída pela banalização do seu uso. Contudo questiona se a ideia de crescimento econômico pode ser realmente compatibilizada à exigência de sustentabilidade; se a ideia de prosperidade leva em conta fenômenos como o aquecimento global e a erosão da biodiversidade (VEIGA, 2010, p. 7-14).

No tocante ao conceito de sustentabilidade, duas disciplinas científicas se destacam ao trabalhar o termo: a ecologia traz a lume o conceito de resiliência para me-



lhor explicar o que é sustentabilidade, ou seja, ter a capacidade de enfrentar distúrbios, mantendo porém a estrutura. No âmbito da economia, esta se vale de indicadores, intensidade, se sustentabilidade fraca (cada geração deixe à seguinte, a somatória de três tipos de capital, que são considerados intercambiáveis e insubstituíveis: o propriamente dito, o natural-ecológico, e o humano-social); ou sustentabilidade forte (obrigação de manter constantes os serviços do capital-natural); e um terceiro vetor, a perspectiva biofísica (sustentabilidade só é possível com a minimização dos fluxos de energia e matéria que atravessam o subsistema, por isso defende a necessidade de desvincular os avanços sociais dos aumentos quantitativos da produção e do consumo). Como Veiga demonstra, independente de qual seja a linha a ser adotada, é fato que indicadores não serão capazes de medir o grau de sustentabilidade do processo econômico e o grau de qualidade de vida dele decorrente (VEIGA, 2010, p. 7-21).

Para a corrente econômica convencional, o melhor caminho para a sustentabilidade é maximizar o crescimento econômico. Já na economia ecológica, para ter-se sustentabilidade necessário um regime em que a qualidade de vida de uma sociedade siga melhorando sem que necessariamente pressuponha expansão de seu subsistema econômico. Há ainda um terceiro caminho, o daqueles que acreditam na progressiva reconfiguração do processo produtivo, onde a oferta de bens e serviços ganharia eficiência, a economia continuaria a crescer sem que limites ecológicos fossem rompidos, ou que houvesse o esgotamento dos recursos naturais. A grande questão, aponta Veiga, é romper com a macroeconomia centrada no consumo e não apenas esverdeá-la, uma macroeconomia que reconheça os limites naturais à expansão das atividades econômicas e rompa com a lógica social do consumismo (VEIGA, 2010, p. 21-26).

A redução da insustentabilidade preconiza a criação de mecanismos que reduzam o abismo entre as capacidades tecnológica do primeiro mundo e a semiperiferia, isto é, as nações emergentes, haja vista que ao contrário do que ocorre nos primeiros, estes últimos tendem a ver as medidas de sustentabilidade como sacrifício do seu próprio crescimento econômico e nem sequer visualizam como uma alternativa para novos mercados e novos negócios. Nesse sentido, para uma transição ao baixo carbono deverão ser fomentadas vias que proporcionem ao segundo mundo, esquemas de cooperação para montagem de seus sistemas de ciência, tecnologia e inovação e não dependam mais das perversas transferências de tecnologia. Para isso imprescindível investimento em educação científica (VEIGA, 2010, p. 27-31).

Veiga chama a atenção de que o foco do debate não é exatamente salvar o planeta, pois o que na verdade está em perigo é a possibilidade de que a espécie humana não consiga evitar que seja acelerado o processo de sua própria extinção, ou seja, a preocupação de que a capacidade exacerba a falha metabólica entre sociedades humanas e a natureza. Inegável que a artificialização que em tese trouxe o progresso da humanidade, coloca em risco seus alicerces vitais, de maneira que discutir de fato o

valor da sustentabilidade implica necessariamente em ter humildade de assumir o caráter passageiro da existência humana e aprender a cuidar da biocapacidade dos ecossistemas dos quais depende (VEIGA, 2010, p. 34-36).

A grande dúvida é: em qual patamar de urgência encontra-se a busca da sustentabilidade? Essa pergunta é crucial para saber se os envolvidos diretamente em modificar as previsões drásticas com relação ao meio ambiente tem consciência de que na noção de sustentabilidade está contido a busca pelo bem-estar, a paz, a democracia, pois é com a conservação de suas bases materiais que será possível a conservação dos ecossistemas. Esse grau de prioridade há de demonstrar a quantas anda a consciência de que o modelo de civilização atual está caindo em um abismo que ela mesma criou, bem como questionar se é possível superar esse abismo através de investimento à inovação, adaptações e reformas instrumentais. Trata-se em verdade, de responsabilidade pelas oportunidades e limites que condicionarão as gerações futuras da espécie humana. (VEIGA, 2010, p.37-40).

A banalização do conceito sustentabilidade, ao ser adotada ao longo dos anos para tudo, não representou uma evolução e mudanças dos fatores que contribuem para a insustentabilidade, mas pelo contrário, os determinantes pelo progresso continuam sendo os conceitos preconizados pela economia clássica, como o desenvolvimento econômico medido pelo produto bruto, interno (PIB) ou nacional (PNB) e traçado por filosofias morais. A dicotomia que envolve o tema da sustentabilidade também demonstra uma assincronia, haja vista que enquanto alguns países começam a discutir a possibilidade de prosperidade sem crescimento, os países mais periféricos ainda “precisam” começar a crescer e, com relação aos países intermediários, dentre eles o Brasil, a questão está na qualidade do crescimento. O que é relevante apontar é que o desenvolvimento de uma sociedade está diretamente ligado a maneira como ela aproveita os benefícios de seu desempenho econômico para expandir e distribuir oportunidades de acesso à saúde, educação, emprego, liberdades cívicas, dentre outros (VEIGA, 2010, p. 40-50).

A agonia da era fóssil demonstra que o que está em jogo é o risco que decisões imprudentes podem contribuir para acelerar o processo de extinção da espécie humana. O debate tecnológico, econômico e político dadas as suas especificidades, demonstram a necessidade levar a discussão e prática da emergência de soluções que viabilizem a substituição de energias fósseis por renováveis, do custo econômico desse processo, bem como sobre os arranjos políticos internacionais capazes de acelerar a superação da era fóssil (VEIGA, 2010, p. 53-55).

Em direção ao baixo carbono, objetiva-se a descobertas de novas fontes que não as fósseis. A interessante análise feita por Veiga nesse ponto revela a complexidade do cenário internacional e como a passividade no que respeita ao contexto do esgotamento das reservas de carvão, petróleo e gás, intensifica a corrida por equilíbrio de poder e possíveis conflitos bélicos face às desigualdades de acesso a tais recursos. Nesse sentido, as nações que dominarem esse processo de mudança serão as deten-

toras de maior valor agregado deste século e lograrão êxito as que se anteciparem em políticas públicas e instituições aptas a induzir a nova onda de energias limpas. A crítica está que a atribuição de responsabilidades foram tratadas nos últimos anos foram as referentes ao passado e ao presente, e a preocupação com as condições de vida das próximas gerações foi negligenciada, por isso o tema da sustentabilidade, embora badalado, até o momento não atendeu aos fins a que se destina (VEIGA, 2010, p.85-89).

Os grandes emissores de gases-estufa devem assumir compromissos de autocontrole e para isso, indispensável um concerto internacional apto a constranger governos que não os cumpram. Do contrário, como aludido acima, no que respeita a segurança global, a distribuição geopolítica das principais fontes de energias fósseis torna inevitável a proliferação de conflitos bélicos como resultado da corrida pelo equilíbrio de poder. Estar-se-ia a falar em uma efetiva cooperação científico-tecnológica, onde a descarbonização global fosse viabilizada por meios que não o da transferência de tecnologia (VEIGA, 2010, p. 90-97).

O aquecimento global e a expansão demográfica, forças que tem moldado o mundo nos últimos anos, demonstra que o papel decisivo de países desenvolvidos, em especial os EUA, é o de abandonar seu comportamento de “geração gafanhoto”, devoradora de riquezas acumuladas e naturais, e parar para pensar e agir no sentido de proteger as geração futuras e não deixar um enorme déficit econômico e ecológico. Nessa toada, Veiga à luz de Milton Friedman, elenca cinco grandes problemas: a) a demanda cada vez maior por recursos naturais, com suprimento de energia cada vez mais escassos; b) a transferência de divisas para os ditadores das principais potências petrolíferas; c) a drástica mudança climática; d) a pobreza energética que divide o mundo entre os que tem e os que não tem acesso à eletricidade; e) a acelerada erosão da biodiversidade (VEIGA, 2010, p. 104-105).

Como visto, somente agora no segundo mandato de Obama é que algum sinal nesse sentido tem sido visto, mas sem resultados efetivos, sobretudo pela protelação em reconhecer a finitude dos recursos naturais no planeta, ou seja, como anteriormente alertou Veiga, a necessária humildade de assumir o caráter passageiro da existência humana e aprender a cuidar da biocapacidade dos ecossistemas dos quais depende.

No tocante a inércia do PIB e de mais indicadores adotados e arraigados no âmbito da economia convencional clássica, Veiga ressalta que é inacreditável que as estimativas de qualquer dano ambiental ou depleção de recursos naturais não tenham sido levados em consideração no que concerne a aferição do bem estar econômico sustentável. Outro ponto crucial é a questão da precificação de danos ambientais, eis que entende ser um exercício arbitrário atribuir grandezas monetárias a prejuízos ou ganhos que não são passíveis de ser precificados. Medir desempenho econômico, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental do processo, são coisas diversas. PIB e PNB não guardam relação direta com sustentabilidade, por isso, cabe a superação

da contabilidade produtivista. Se PIB significa progresso, a pergunta que se faz é: o que é progresso? (VEIGA, 2010, p. 113-118).

Importante salientar que o PIB não faz distinção entre o que é produtivo e o que é destrutivo, entre despesas que elevem ou rebaixem a condição humana, não inclui as depreciações de recursos naturais, pois só dá importância à produção de mercadorias e ao capital físico. Aliás, o PIB só superestima a renda de uma nação (que deve refletir a quantidade máxima de bens e serviços que atualmente pode consumir sem minar sua capacidade futura de absorver idêntica quantidade de produtos e serviços), ou seja, o PIB só considera a depreciação do capital físico, estrito senso. Concebido no intuito de avaliar a capacidade bélica, o PIB é o contrário do que poderia tratar-se de uma medida de sustentabilidade (VEIGA, 2010, p. 118-127).

Falar em prosperidade significa tratar sobre a melhora real da condição de vida das populações, não mais vinculada às avaliações de desempenho econômico, mas também no que se refere aos benefícios dele esperados no que toca a qualidade de vida, trata-se, pois, de uma revisão de metodologias, ter a consciência de que não é mais possível a melhoria da qualidade de vida que ignore seus limites ecológicos, que não avalie o excesso de pressão sobre os recursos naturais, ou seja, algo que fuja do atual sistema de contabilidades nacionais (VEIGA, 2010, p. 128-132).

Na linha dessa mesma desmistificação, Veiga ressalta que não há razoabilidade em comparar pegadas ecológicas com biocapacidades locais, pois o correto seria compará-las à biocapacidade global, sobretudo porque pegada não é indicador de sustentabilidade de um país ou região, mas sim um indicador de sua contribuição à insustentabilidade global, ou seja, aponta a que distância se está da sustentabilidade (VEIGA, 2010, p. 136).

Poder-se-ia então falar em um pacto verde? Em verdade, o que alerta Veiga é, como já dito, a necessidade de uma macroeconomia que rompa mentalmente com as elites políticas dos países centrais que tem como cerne único o aumento do consumo, para adotar uma macroeconomia da sustentabilidade, que reconheça os limites naturais à expansão das atividades econômicas, bem como se desconecte da lógica social do consumismo. Abandonar a visão de um sistema econômico fechado que não depende da biosfera, para passar a preocupar-se sim com as gerações futuras, trata-se da necessidade da transição a atividades econômicas sustentáveis, da redistribuição geopolítica da oferta e da demanda globais, onde os países mais avançados busquem uma planejada prosperidade sem crescimento, sendo esta a única forma de que as economias possam se tornar ambientalmente sustentáveis (VEIGA, 2010, p. 141-143).

*Resenha recebida em 29 de abril de 2016.*

*Aprovada em 20 de maio de 2016.*